

Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Humanidades – Campus Guarabira
Departamento de Educação
Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas
Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil

JOÃO FABRÍCIO FILHO

**A REPRESENTAÇÃO DO/A NEGRO/A NO LIVRO DIDÁTICO: PERMANÊNCIAS
OU DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO EM SALA DE AULA**

Guarabira – PB
Junho/2021.

JOÃO FABRÍCIO FILHO

**A REPRESENTAÇÃO DO/A NEGRO/A NO LIVRO DIDÁTICO: PERMANÊNCIAS
OU DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO EM SALA DE AULA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Curso de Especialização em
Educação Étnico-racial na Educação Infantil
para obtenção de Especialização.

Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

Guarabira – PB
Junho/2021

F196r Fabrício Filho, João.
A representação do/a negro/a no livro didático [manuscrito]
: permanências ou desconstrução do preconceito em sala de
aula / João Fabrício Filho. - 2021.
51 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Étnico Racial na
Educação Infantil) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro
de Humanidades , 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas ,
Departamento de Educação - CH."

1. Livro didático. 2. Imagem. 3. Conteúdo. 4. História e
Cultura afro-brasileira. I. Título

21. ed. CDD 808.1

JOÃO FABRÍCIO FILHO

**A REPRESENTAÇÃO DO/A NEGRO/A NO LIVRO DIDÁTICO: PERMANÊNCIAS
OU DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO EM SALA DE AULA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus Guarabira, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Área de Concentração: Educação Étnico-racial e Educação Infantil.

Aprovado em: 04/06/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DH)



Prof.^a Dr.^a Patrícia Cristina Aragão Araújo (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DH)



Prof. Ms. Júlio César Pereira dos Santos (Examinador)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/PPGH)

A cada um dos meus mestres, familiares e amigos pela compreensão e pela ajuda nesta árdua caminhada, DEDICO.

AGRADECIMENTO

A minha esposa, minha mãe e meus amigos. Aos quais sou grato por todo o apoio que me deram para enfrentar essa empreitada, e que mesmo diante das várias dificuldades, consegui e aqui estou. Obrigado de coração a todos e a todas.

Ao meu orientador Professor e Doutor Waldeci Ferreira Chagas; obrigado por ser a pessoa maravilhosa que o senhor é e que continue sendo essa pessoa cheia de virtudes, comprometido, inteligente, prestativo, humano, compreensivo e paciente. Obrigado, Professor!

Aos professores do curso pelos ensinamentos, pelas ajudas nas horas das dificuldades, obrigados de coração pelo lado humano e compreensivo de cada um de vocês.

Aos meus colegas de sala por tudo que passamos juntos durante a duração do curso, desejo a cada um de vocês sorte nesta nova caminhada, obrigado de coração a todos e a todas.

RESUMO

É de se saber a importância do livro didático como instrumento fundamental para a maioria das escolas públicas de nosso país. Nele, professores e alunos têm suporte teórico e metodológico para a construção do processo de ensino e aprendizagem através das imagens e dos conteúdos propostos nesses materiais. No âmbito deste trabalho, trataremos sobre como tem se dado a introdução da figura do povo negro nos livros didáticos da Coleção Buriti Mais, lançado no ano 2017, da disciplina de História do primeiro ou quinto ano do Ensino fundamental I, da Editora Moderna. Pretendemos, desta forma, fazer uma observação de como acontece a relação entre as imagens, os conteúdos e a história do povo negro nesses exemplares. Neste sentido, concretiza-se como elemento base que motivou este estudo uma observação acerca de como as temáticas abordadas sobre os (as) negros (as) estão sendo desenvolvidas a partir das imagens e dos textos; verificando se existem, quais são as lacunas que ainda permanecem quanto à história e à cultura africana e afro-brasileira. A metodologia utilizada para a construção deste trabalho é de caráter quantitativo descritivo, tratando-se de uma análise de exploração de seus conteúdos. Constatamos, assim, que os negros aparecem nos livros, mas não como protagonista, pois sabemos que os mesmos exercem bastante influência em nossa história. Todavia sua história sempre é simplória, as imagens são romantizadas, não correspondendo ao real. Desta forma, conclui-se que a lei 10.639/2003 ainda precisa ser aplicada no tocante à sua utilização nos livros didáticos, pois não basta a temática ser só inserida nos materiais didáticos; se faz necessário também investimento na formação dos docentes.

Palavras-chave: Livro didático. Imagem. Conteúdo. História e Cultura afro-brasileira.

ABSTRACT

It is important to know the importance of the textbook as a fundamental tool for most public schools in our country. In it, teachers and students have theoretical / methodological support for the construction of the teaching and learning process, through images and content proposed in these materials. In the scope of this work, we will deal with how the figure of the black people is being introduced in the didactic books of the Buriti Mais Collection of the history of the first or fifth year of elementary school I, from Editora Moderna, in this way, make an observation of how the relationship happens between the images, the contents and the history of the black people in these specimens, in this sense they become concrete as a base element that motivated this study, an observation about how the themes approach the blacks are being developed from the images and texts; verifying if they exist, what are the gaps that still remain in terms of African and Afro-Brazilian history and culture. The methodology used for the construction of this work is of a quantitative and descriptive character, dealing with an analysis of the exploration of its contents. We found, therefore, that blacks appear in books, but not in a protagonist way, as we know that they have a lot of influence in our history, but even so, their history is always simple, the images are romanticized not corresponding to the real. In this way it is concluded that the law 10.639 / 2003, still needs to be applied, with regard to its use in textbooks, as it is not enough for the theme to only be inserted in the didactic materials, it is also necessary to invest in the training of teachers.

Keywords: Textbook: image, content: Afro-Brazilian History and Culture

LISTA DE FIGURAS

Figura – 01 Manual do professor.....	34
Figura – 02 Disparidade entre crianças brancas e negras.....	35
Figura – 03 Disparidade entre crianças brancas e negras.....	35
Figura – 04 Representação familiar e suas diferenças.....	37
Figura – 05 Manual do professor.....	38
Figura – 06 “Griô” O Contador de História.....	39
Figura – 07 Crianças negras trabalhando como engraxates.....	40
Figura – 08 Manual do professor.....	40
Figura – 09 O cotidiano de uma cidade no período colonial.....	41
Figura – 10 O batuque.....	42
Figura – 11 Livro <i>Buriti Mais</i> do 4º ano.....	43
Figura – 12 Conceito social em três períodos.....	44
Figura – 13 Duas Crianças no Museu observando o quadro de independência ou morte.....	45
Figura – 15 Livro <i>Buriti Mais História</i> 5º ano.....	46

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A LEI 10.639/2003: UMA CONQUISTA DO MOVIMENTO NEGRO	15
3. HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO	21
3.1 A trajetória do livro didático.	23
3.2 O livro didático de história	26
4. A RESISTÊNCIA NEGRA: UMA HISTÓRIA AINDA A SER ESCRITA	28
4.1 Negros no livro didático de história	31
5. CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO POVO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	50

1. INTRODUÇÃO

Meu interesse por esta temática surgiu em uma aula no Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil, mantido pela UEPB através do CH em Guarabira. Numa das aulas desse curso foi discutida a Lei 10.639/2003 e, a partir dela, a representação do negro nos livros didáticos e quais as consequências trazem aos alunos negros em uma sala de aula. Sabemos que tal questão é bem mais que uma lei: é um agrupamento de programas voltado a promover a igualdade racial e tem como dever desenvolver e levar os discentes a reflexões sobre tais temas, de modo a promover o debate dentro e fora da escola. De que forma e com qual intensidade isso interfere diretamente ou indiretamente na vida dos educandos?

Tanto o ambiente escolar quanto o livro didático têm como fundamento principal a formação de opinião e, diante deste contexto, torna a instituição de ensino um local propício à discussão já que o “diferente” faz parte do cotidiano. Por isso o ambiente escolar tem o dever de formar indivíduo íntegro com valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças.

Não devemos esquecer as ausências ou lacunas deixadas pelo livro didático; instrumento importante na formação do aluno no que diz respeito à representação da pessoa negra como sujeito histórico. Nesse processo, professores devem servir como mediadores na valorização da diversidade que desmistifique os conteúdos carregados de estereótipos, faça com que o aluno passe a se enxergar no processo, enfrente os preconceitos e se posicione como ser social consciente e cidadão. O livro didático e seus conteúdos ajudam-no a construir uma melhor compreensão das lutas das pessoas negras no Brasil e sua presença na formação da sociedade.

Neste sentido, este trabalho tem o objetivo de analisar a representação do negro no livro didático de História da coleção *Buriti Mais*, do ano de 2017 da Editora Moderna do Ensino Fundamental I, para os anos 2019, 2020, 2021 e 2022; livro utilizado pelos docentes da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Zumbi dos Palmares, localizada na cidade de Riachão do Poço-PB.

Quando nos referimos ao negro, referimo-nos não ao sentido de uma classificação de raça, uma vez que possuímos apenas uma raça: a humana. Além disso, não admitem que seus fenótipos os definam como raça. Neste sentido, essa classificação vem sendo usada há muito e servia para hierarquizar, isto é, estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças, colocando uma relação própria para essa definição: cor da pele, traços físicos, qualidade psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Logo, os indivíduos da raça “branca” foram decretados superiores aos da raça “negra”. Eram mais inteligentes, mais honestos, mais

inventivos, mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra. Desta forma, a raça negra, sem esses atributos, seria passiva à servidão e a todas as formas de dominação.

Na realidade, o que se nota é uma máscara científica recoberta por muito preconceito. Essa raciologia tem como principal conteúdo um viés mais doutrinário do que científico, uma vez que esse discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana e suas diferenças em termos de características físicas como cor da pele, textura do cabelo e outras características físicas e corporais que se caracterizam como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro.

Identifica-se, no livro didático, aspectos negativos que insistem em perpetuar preconceitos à identidade e à origem das populações negras que ao longo dos séculos tiveram sua história negada ou discriminada, e que historicamente não são reconhecidos por suas presenças na construção da sociedade que somos hoje. Portanto, inserir os estudos da história e cultura da África e dos afro-brasileiros na educação básica é de fato um avanço importante, pois atende a lei 10.639/2003, que torna obrigatório na educação básica a promoção das relações étnico-raciais no sentido de divulgar e produzir conhecimentos que eduquem cidadãos para a pluralidade.

Para tanto, analisamos o livro da Coleção *Buriti Mais*, do 1º ao 5º ano, distribuído para os alunos das fases iniciais do ensino fundamental, e que integra o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático)¹. Tal obra segue o que determina a Lei 10.639/03, no que diz respeito ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana? Essa questão norteará a discussão do nosso trabalho.

Tal legislação visa algo muito além do que a simples inclusão de novos conteúdos no currículo escolar e tem por finalidade reparar por meio da educação as injustiças históricas, ou seja, a negação da divisão social entre negros e brancos no Brasil. Faremos isso a partir da análise dos textos e imagens referentes à pessoa negra, sua história e cultura presente nos conteúdos do livro didático escolhido.

Como instrumento único e indispensável por uma grande parte dos professores em sala de aula, será que o livro didático atende o que determina a Lei 10.639/2003, no que diz respeito

¹ *Buriti Mais: história/* organizadora Editora Moderna: obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Lucimara Regina de Souza Vasconcelos – ed. São Paulo: Moderna, 2017. Obra em 5v. para alunos do 1º ao 5º ano. Componente curricular de História, distribuído pelo programa PNLD atualmente é responsável por avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, como também outros materiais que sirva como apoio à prática educacional, de forma sistemática regular e gratuita a todas as escolas públicas de educação básica das esferas, federais, estaduais, municipais e distrital, como também atender as instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o Poder Público.

à pessoa negra? Em que condição a pessoa negra encontra-se representada nas imagens e nos textos didáticos? Será que nas imagens existentes no livro didático o aluno negro se reconhece como parte integrante do processo histórico brasileiro, e da cultura e história afro-brasileira e africana ou se recusa a entender que tal história e cultura não faz parte, não o representa?

No processo ensino-aprendizagem, o livro didático não contribui apenas para mediar a relação entre o aluno e história; através dele é possível ao aluno afirmar ou não sua identidade diante das imagens, visto que elas depreciam, inferiorizam ou não a pessoa negra e a coloca como sem importância no contexto apresentado. Ou seja, imagens e textos didáticos nem sempre representam e traduzem a identidade da pessoa negra; por vezes apenas reproduzem os conceitos e valores de setores dominantes da sociedade elitista e branca.

Se olharmos criticamente os textos e as imagens no livro didático de História, não necessariamente podemos desqualificá-lo como instrumento pedagógico e nem o enquadrar como vilão do ensino de história, apenas percebemos algumas injustiças em seus conteúdos que infelizmente demonstram que está longe de atender as condições básicas que os alunos necessitam para compreenderem sobre a história, a diversidade racial e étnica que caracteriza o Brasil.

No exercício de ensinar história, o objeto didático em questão exerce papel fundamental, uma vez que ele proporciona várias possibilidades de se trabalhar a formação do aluno de modo a desmistificar os pré-conceitos e estereótipos sobre a pessoa negra, além de partilhar as experiências e conhecimentos sobre estes sujeitos.

Pensando em assegurar a educação étnico-racial no Brasil, o MEC formulou e o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana com base na Lei nº. 10.639/2003-MEC. Esse documento busca estratégias e normativas a fim de minimizar e reparar os danos causados às imagens e estereótipos associados aos negros desde a época da escravatura no Brasil (BRASIL, 2004).

Na perspectiva inclusiva, o livro didático tem papel fundamental como formador ideológico e cultural, pois seus conteúdos fazem parte do cotidiano escolar, passam a ser um forte referencial para o aluno que o ler. Logo, é um dever fundamental da escola, através de suas propostas pedagógicas, trabalhar continuamente de modo a enfrentar a discriminação.

O livro didático, por ser uma ferramenta importantíssima na formação, construção e transferência de conhecimento, deveria evidenciar nas entrelinhas dos textos e ilustrações a inclusão da igualdade racial, sobretudo porque o seu intuito é proporcionar condições de conhecimentos mínimos para ajudar a formar cidadãos conhecedores de sua história e ajudá-

los a obter aprendizagem com consciência sobre a formação identitária da sociedade brasileira, pois se sabe que o preconceito racial ainda é realidade no Brasil.

Pelo fato de o livro didático ser um material pedagógico usado na escola, o espaço escolar tem por função primordial formar indivíduos capazes de reinterpretar a sua realidade. Os conteúdos nele existentes têm a função de propor o entendimento sobre diversos assuntos, no entanto, não deve ser visto como um único material didático e não pode perder sua importância na escola, pois através dele são transmitidos ideologias e valores que ajudam o aluno a compreender de forma positiva sua condição e participação na sociedade em que vive.

2. A LEI 10.639/2003: UMA CONQUISTA DO MOVIMENTO NEGRO

Desde o Brasil colônia o negro tem os direitos sociais negados, direitos básicos que continuaram a ser negados no pós-1888. Notoriamente, essa prática continua presente e sempre é disfarçada em meio aos discursos da democracia da igualdade racial, o que faz com que ainda lhe seja negado o direito à terra, à educação, ao emprego, salário e saúde. Ou seja, o direito de existir como gente; condição que é inerente à sua inserção no Brasil como mão de obra escravizada, conforme o:

Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, por força deste, decretava-se em seu Art. 69 § 3º, que os negros escravos não teriam direito a frequentarem as escolas públicas no Brasil. Já o Decreto nº. 7.031- A, de 06 de setembro de 1878, instituía que negros escravos adultos só podiam frequentar uma escola no período noturno (BRASIL, 2004, p. 07).

Nos dias atuais, o negro é apresentado de forma desvalorizada nas imagens divulgadas na mídia; geralmente é associado a algo ruim e sem seriedade, o que contribui para o distanciamento entre negro e branco. Quanto aos indicadores sociais, os negros e pardos, de acordo com IBGE/2016, somam 54% da população brasileira, já superando o total de 204 milhões de pessoas. Entretanto, muitos desses índices mostram uma disparidade gritante entre negros e brancos, por exemplo: o negro só corresponde a 17,4% da população mais rica; 18% exercem os cargos considerados importantes; seus rendimentos correspondem a cerca de 80% inferior se compararmos ao salário dos brancos; 80% de mulheres que desempenham funções de empregadas domésticas são afrodescendentes; a taxa de analfabetismo, por exemplo, é o dobro em comparação aos brancos: 5,2% entre os brancos e 11,5% entre os negros. Portanto, a desigualdade entre brancos e negros continua abarcando a triste marca de que 69% dos pobres que compõem a população brasileira é negra, sem incluir algumas mazelas que permeiam essa realidade, como os problemas relacionados às crianças negras e o trabalho infantil, a violência nas comunidades, além da mortandade entre os jovens negros moradores das periferias. Esses dados, percebe-se, apenas servem para reforçar a discriminação.

Em meio a essa realidade, os movimentos negros lutaram e agiram incansavelmente no intuito de reverterem as desigualdades ao longo do século XX/XXI, e resistem no sentido de reparar as desigualdades e valorizar a cultura afro-brasileira. Apesar da ação dos movimentos negros, o livro didático é omissivo, pois não aborda com a devida atenção a história e cultura afro-brasileira e africana, o que faz com que esse material didático continue reproduzindo estereótipos e se mantenha como ferramenta transmissora da ideologia dominante através dos

saberes das crenças e dos valores sociais implícitos ou explícitos nos conteúdos que o compõe. Diante dessa realidade, os movimentos negros lutaram e conseguiram, com a implementação da lei 10.639/2003, uma vitória importante contra as desigualdades e discriminações históricas sofridas pelo negro ao longo de séculos de história. Desta forma,

[...] o governo federal sancionou, em março de 2003, a lei 10.639/2003, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e estabelece as diretrizes curriculares para a implementação da mesma. A Lei 10.639, institui a obrigatoriedade do Ensino da História da África e dos Africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiro e Africana, 2005, p. 08).

Além da Lei 10.639/2003, criou-se ainda, em 21 de março de 2003, a SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), “instituinto as Políticas Nacionais de Promoção da Igualdade racial” (BRASIL, 2004, p. 8). Com a criação dessa Secretaria, o Estado passou a promover a discussão sobre a questão do negro a nível nacional com o objetivo de transversalizar o assunto, democratizando os canais de diálogos em várias esferas dos poderes públicos e instituições privadas e não governamentais com a finalidade de:

Estabelecer as parcerias para o cumprimento desse desafio, que é, de uma vez por todas, combater o racismo e promover a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos étnicos que compõem a rica nação brasileira (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiro e Africana, 2005, p. 08).

Com o intuito de valorizar a história e cultura afro-brasileira e africana, e dar oportunidades a todos que buscam evidenciar de forma definitiva tal conteúdo, começou a se pensar uma sociedade mais justa e democrática, fazer com que todos os envolvidos com a causa negra e suas representações tenham como objetivo fazer com que toda a população brasileira e suas diversas etnias se reconheçam e se valorizem, respeitando a diversidade através da educação.

A promulgação da Lei 10.639/2003 foi um importante avanço no sentido de promover, de uma vez por todas, espaços para análises e reflexões estratégicas voltadas a combater práticas racistas ainda presentes no espaço escolar. Neste intuito, a lei 10.639/03 visa, por meio da obrigatoriedade, incluir nos currículos escolares os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana. Portanto, tal proposição pode ser vista como um avanço no âmbito

educacional e cultural, um reconhecimento mais do que justo às presenças do povo negro na formação da identidade cultural do povo brasileiro.

Desta forma, repensar um novo formato de organização curricular e incentivar ações pedagógicas que reforcem ainda mais as lutas do povo negro por direitos de participação em todos os segmentos da sociedade é uma conquista imensurável; entendida como avanço alcançado e de extrema importância, uma vez que a Lei 10.639/2003 busca reparar os erros históricos, reconhecer e valorizar a cultura afro-brasileira e africana. Sendo assim, não se permite mais vincular imagens ou textos de cunho depreciativo para representar o povo negro. As imagens outrora vinculadas no livro didático com a pessoa negra na condição de inferiorizada ou de servidão ao branco deveriam ser superadas.

A partir disso, professores e gestores devem repensar a escola como um novo espaço educacional, abrangente, acolhedor e democrático quanto à questão do racismo, pois não é permitido qualquer tipo de discriminação, seja ela pela raça ou religião. Neste sentido, faz-se necessário observar que raça se define como uma categoria de seres vivos com características em comum, ou seja, pertencentes a uma mesma espécie. No entanto, essa definição de raça é bastante usada para se referir a grupos étnicos distintos, como brancos, negros, asiáticos e até mesmo povos de religiões e cultura própria.

Sabe-se que a genética dos seres humanos, segundo a ciência, é fato decisivo para afirmar que só existe a raça humana, portanto é incorreto afirmar que uma pessoa com características consideradas brancas ou negras seriam de raças diferentes. No entanto, o conceito de raça que usamos neste trabalho é o utilizado nas ciências humanas e não o conceito biológico, o que se entende como uma construção social ao longo do tempo, usado para distinguir ou separar pessoas mediante suas marcas físicas. Em outras palavras, raça é uma categoria usada para se referir a um grupo de pessoas cujas marcas físicas são consideradas socialmente significativas.

Em meio às ações de enfrentamento e superação do racismo na escola, é evidente a importância do livro didático utilizado pelos professores. Tal importância que nos leva a questionar os seus conteúdos e suas propostas, sobretudo no sentido de perceber se contemplam as questões relacionadas à história e cultura da pessoa negra; se a coloca como sujeito social, e como é posta a relação entre negros e brancos. Tal relação é posta na perspectiva do equilíbrio social, de modo que promova a igualdade entre negros e brancos? A imagem do negro apresentada no livro didático o coloca como protagonista ou um mero figurante inferiorizado, sem importância histórica?

O livro didático como material indispensável tanto para o aluno quanto para o professor continua indo em direção contrária ao que determina a lei 10.639/03, pois ainda nega implicitamente ou não reconhece e não afirma os importantes feitos históricos do povo negro a este país. O livro didático ainda os descreve como inferiores em comparação ao branco. Se realmente queremos construir uma sociedade com valores igualitários, faz-se necessário entender qual é o papel que cada estrutura socioeconômica exerce na reprodução do racismo, pois só assim conseguiremos delinear estratégias eficazes para seu enfrentamento. Neste contexto, o combate à desigualdade racial na educação é essencial, de modo que sem educação antirracista não é possível construir a sociedade igualitária.

O combate ao racismo é um dever de todos, principalmente dos docentes em sala de aula. O espaço escolar também é um ambiente onde acontecem várias manifestações de cunho racista entre alunos, e cabe ao professor combatê-lo imediatamente dialogando sobre a questão e trabalhando a discussão da diversidade mesmo que seja nos anos iniciais. Do contrário, dificilmente a criança romperá com os preconceitos presentes no seu meio social e continuará a repetir os padrões de discriminações que aprendeu.

Nesse interim, a escola como parte integrante da sociedade não está livre do racismo estrutural, logo é preciso sabedoria e um bom planejamento para trabalhar o combate ao preconceito racial. O racismo no espaço escolar é frequente, principalmente contra alunos negros ou contra a comunidade LGBTQIA+. As manifestações de preconceitos geralmente afirmam-se como uma repulsa em aceitar o outro como diferente, logo compreende-se que “o preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca do indivíduo que pertença a um determinado grupo racializado” (ALMEIDA, 2018, p. 25).

O preconceito racial não acontece aleatoriamente e o combate a esse mal necessita de um esforço de todos os educadores em promover a educação antirracista. Para que isso se torne concreto, faz-se necessário o empenho de todos que compõem o sistema educacional em entender o problema e tratá-lo com calma e com o envolvimento, sem dar margem à ideia de que a tonalidade de pele, formato do nariz, tipo de cabelo ou espessura dos lábios possam definir alguém como superior ou inferior. A batalha contra o racismo e a discriminação racial é uma luta de todos, principalmente dos educadores, independentemente de sua raça, religião, posição política ou crença. No espaço da escola precisa-se conhecer e vivenciar a diversidade dos discentes, muito embora se saiba que no Brasil ainda se mantém a herança escravocrata enraizada na estrutura social.

A discriminação que se encontra ainda presente e frequente no espaço escolar é fruto de uma estrutura histórica de preconceitos, cujo funcionamento se mantém sob o mito da

democracia racial no sistema pedagógico imperfeito e ineficaz à causa histórica do negro, o que faz com que excluam dos materiais, principalmente dos livros didáticos, as lutas dos negros por liberdade e suas formas de resistências. Geralmente os livros didáticos apenas enfatizam a escravidão e o sofrimento imposto aos escravizados, afirmando a ação dos estereótipos e preconceitos na construção de uma representação que, uma vez internalizada, conduz ao processo de auto rejeição e rejeição ao seu semelhante étnico-racial (SILVA, 2011).

Por isso, devemos fazer algumas reflexões necessárias para entender a trajetória das políticas públicas no Brasil, voltadas a promover a equidade social e as superações dos desequilíbrios entre negros e brancos. Também é relevante discutir sobre as garantias de direitos básicos e fundamentais assegurados aos negros e que lhes garantem cidadania. Para além da compreensão dos avanços na legislação brasileira, a lei 10.639/2003 é relevante para os movimentos negros no Brasil, porque garante o desenvolvimento de ações em prol da igualdade de direitos e combate ao preconceito racial e ao racismo. Neste sentido, Gomes (2012) afirma que:

A educação tem merecido atenção especial das entidades negras ao longo da sua trajetória. Ela é compreendida pelo movimento negro como direito paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como possibilidade e mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra e qualquer forma de discriminação. (GOMES, 2012, p. 9).

O movimento negro no Brasil se mantém ativo na busca por oportunidades para negros através da educação: um ponto estratégico na luta desse movimento é o reconhecimento da cultura e identidade negra, o que se constitui numa forma de reverter o injusto quadro de negação de direitos herdado do sistema escravocrata.

No Brasil não há uma identidade única e homogênea, branca; prevalece a pluralidade de identidades que se contrapõe ao que os grupos sociais dominantes estabeleceram em diferentes períodos históricos. A ideologia do embranquecimento, característica do Estado e de suas instituições, expandida através dos materiais pedagógicos, prevalece a imagem estereotipada negativa dos negros e a imagem estereotipada positiva do branco (SILVA, 2011). Nesse sentido, o desafio de todos é desenvolver no espaço pedagógico da escola ações que propiciem a valorização das múltiplas identidades que compõem o povo brasileiro.

Ainda existem problemas relativos ao currículo, sobretudo no que diz respeito às questões raciais, uma vez que os objetivos do ensino-aprendizagem seguem um currículo deficitário que em sua maioria não cumpre de maneira efetiva e não atende a realidade da escola,

tornando-se uma ferramenta invisível a sua finalidade. O currículo adotado na escola promove a transmissão de valores, de princípios de conduta e das normas de convívio, dos padrões socioculturais à vida comunitária, no entanto, o faz de maneira informal e não explícita permitindo sempre uma afirmação positiva da identidade de um determinado grupo social em detrimento de outro (SILVA, 2001).

No ambiente escolar, as crianças tendem a reproduzir as experiências advindas do convívio familiar e dos grupos comunitários onde residem, e através deles os valores são passados de geração a geração. Nesse sentido, a escola observa a criança não apenas como um aluno, mas como um ser social dotado de cultura que o define, por isso, faz-se necessário reconhecê-la e dar as devidas importâncias a afirmação da identidade e aos valores culturais relativos ao seu grupo étnico/racial.

As imagens de pessoas negras que ilustram os materiais didáticos destinados às crianças tendem a colaborar na construção de pensamentos e percepções errôneas sobre a história do povo negro quando esses são representados são associados à escravidão. Portanto, não há problema em contar a história da escravidão, mas este tema deve ser tratado de modo que a criança negra não seja submetida a nenhum constrangimento e não se reconheça como parte integrante do enredo recoberto de representações tristes e associadas a ilustrações feias.

Para se construir a identidade negra positiva, devemos fazer uma releitura das imagens das culturas negras presentes no livro didático, de modo a não continuar fingindo a existência da igualdade racial.

Todas essas tentativas de “ser igual” não conduzem ao respeito e direitos ambicionados, porque, para solucionar o problema não é necessário imitar o modelo branco e sim lutar para desconstruir as barreiras sociais impeditivas do ingresso do povo negro aos direitos humanos e de cidadania (SILVA, 2011, p. 71).

Esse exercício é indispensável para trilhar caminhos e aprofundar a discussão em torno da pedagogia inclusiva, genuinamente brasileira capaz de pensar o povo brasileiro como cultura diversa e que não seja marginalizada, uma vez que está presente em todos os espaços do Brasil, deve ser respeitada igualmente por todos os setores da sociedade.

3. HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO

Neste capítulo analisamos o livro didático como recurso, em sua grande maioria, unânime em sala de aula. Diante disso, faz-se necessário conhecer as abordagens e os métodos utilizados no sentido de se trabalhar determinados conceitos. Questionamos ainda sobre a necessidade de um entendimento sobre o conhecimento e como é feita essa abordagem com relação aos fatos históricos, ficando, neste sentido, a critério do corpo docente analisar criteriosamente seus conteúdos e selecionarem o livro didático como material para ser trabalhado com seus alunos. Esse instrumento indispensável à formação do aluno traz os fatos históricos de forma compreensiva a partir de uma visão histórica, mas mesmo que tragam como é abordado? Partindo deste ponto, fazemos uma análise dos livros didáticos *Buriti Mais* do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, da disciplina de História, no que se refere à representação do povo negro.

O livro didático exerce papel de extrema responsabilidade como material na formação do caráter da criança e fixador de conhecimentos nos anos iniciais da educação básica, além de formador de opinião. Este instrumento recorrente na formação educacional da criança nos anos iniciais às vezes retrata de forma injusta a imagem do povo negro quanto suas informações complementares por meio de seus textos, assim como as imagens que retratam o sujeito negro em sua grande maioria os rotulam como problema social, pois é recorrente serem figurados em condições de abandono, descalço, descamisado, praticando algum furto, e sem vínculos afetivos com outras pessoas. Essa condição ocasiona, na criança negra receptora da informação, uma recusa em querer ser e se identificar como negro, uma vez que as imagens depreciam a identidade da pessoa negra:

Uma imagem estereotipa e negativa do negro e uma imagem estereotipada positiva do branco, tende a fazer com que o negro se rejeite, não se estime e procure aproxima-se em tudo do branco e dos valores, tidos como bons e perfeitos, estabelecendo dessa forma um processo de fuga de si próprio, dos seus valores e dos seus assemelhados étnicos, (SILVA, 2011, p. 16).

Infelizmente, os materiais didáticos num geral tendem a não contemplar de forma inclusiva e com igualdade a comunidade em questão, o que sutilmente promove a invisibilidade responsável pela disparidade de representatividade entre negro e branco. A invisibilidade provoca o senso de inferioridade ao primeiro, o que faz com que na escola estudantes negros não se reconheçam como sujeito socialmente igual ao branco.

Quais representações dos negros o livro didático proporciona a criança negra? No instante em que apresenta uma imagem caricaturada desse público, apontando-o como feio, em que o livro didático colabora para reforçar no imaginário da criança negra a aceitação e negação de sua identidade racial? “Desta forma, a representação de algo pode não ser do objeto inicialmente percebido, mas o objeto é construído a partir dos elementos que a ele acrescentamos, no processo de modelagem e reconstrução” (SILVA, 2011, p. 31). A criança naturalmente tende a reproduzir algo que lhes representem quer seja bonito, aperfeiçoado ou inferiorizado.

Será que nos materiais didáticos, mais especificamente no livro didático, o negro está representado de forma positiva, gentil, bem cuidado e menos depreciado? O modo como esse povo está representado contribui com a imagem que a criança negra constrói se:

A representação de um grupo ou indivíduo é fundamental para a construção ou desconstrução da/s sua/s identidade (s), autoestima e autoconceito, uma vez que o indivíduo ou grupo pode perceber-se e conceitualizar-se a partir desse “real” e internalizá-lo (SILVA, 2011, p. 31).

O livro didático por muito tempo colaborou e ainda colabora e dá continuidade à reprodução de preconceitos por meio da representação de estereótipos da pessoa negra, o que ajuda a disseminar a discriminação racial passada de forma despercebida pelos profissionais da educação, mas materializada silenciosamente no cotidiano escolar. Por isso, o livro didático não pode ser compreendido de forma isolada, pois tem função fundamental no contexto escolar e social, uma vez que se caracteriza como produto cultural com especificidades em conformidade com o contexto em que se encontra inserido, seguindo a lógica da escola e da sociedade. Segundo Silva (2011), “[...] as práticas discriminatórias funcionariam como um bloqueio para evitar perdas de privilégios do grupo valorizado socialmente” (SILVA, 2011, p. 76).

Portanto, em uma sociedade como a brasileira dividida em classes e regida pelo acúmulo de capital, este instrumento responsável em reproduzir conhecimentos não poderia fugir a essa lógica. Neste sentido, as classes economicamente privilegiadas se aditem em garantir seus interesses, promovem versões que os mantenham sempre como bons moços e neutralizam possíveis interferências ou oposições a essa continuidade.

Logo, o livro didático se proporciona como algo a ser compreendido como uma extensão tanto econômica quanto política, pelo fato de atingir cerca de quase a metade do mercado editorial do Brasil; já no aspecto político seus conteúdos ideológicos em várias disciplinas

definem a visão de mundo que favorece as classes economicamente privilegiadas. Sendo assim, concordamos quando Silva (2011, p. 76) expõe: “A igualdade racial, entre outras, numa sociedade desigual, poderia constituir-se em ameaça aos privilégios, daí a insistência na negação da discriminação”.

Se para as classes dominantes possuir livros em suas casas é considerado *status*, algo comum; na outra ponta da sociedade, ou seja, entre a classe trabalhadora, é visto como sacrifício, algo inacessível, um artigo de luxo. Diante da realidade financeira o livro didático é indispensável à classe trabalhadora, pois é responsável na obtenção de conhecimentos entre as crianças, se constitui como a única fonte de leitura.

Entre pesquisadores não há consenso quanto ao livro didático e suas contradições sociais, mas em um primeiro momento o seu uso em sala de aula deve passar pela conscientização dos envolvidos no processo educacional, de modo que o utilize para combater as desigualdades entre negros e brancos e, assim, construir consciência quanto a manutenção de uma prática educacional transformadora, sem deixá-lo de lado.

3.1 A trajetória do livro didático.

Muito antes do surgimento do que conhecemos hoje como livro didático, o Brasil ainda vivia sob o governo imperial e já disponibilizava materiais pedagógicos para serem utilizados nas poucas escolas públicas existentes, e esses espaços eram tidos como um privilégio para poucos. Silva (2012) afirma que “[...] para atender aos objetivos educacionais da elite nada melhor do que buscar o que havia de produção didática na própria França” (SILVA, 2012, p. 808). Ainda que sob influência francesa, eram acompanhados de perto pelo poder governamental em relação ao que deveria ser ensinado e, neste sentido, o ensino tinha como objetivo ajudar a construir uma memória histórica para o Brasil.

Em 1932, o manifesto dos pioneiros da educação nova defendia ideais de que o Brasil precisava de uma educação pública, gratuita e laica para todos os cidadãos brasileiros, mesmo que não contemplasse de fato todos. Neste sentido, não podemos descrever o modelo educacional no Brasil e seus choques ideológicos presentes no período e que levou ao enfraquecimento do sistema educacional tradicional perante um novo conceito de educação fundamentada na ideia de uma escola nova, implementada pelos intelectuais que se tornariam os pioneiros dos manifestos de 1932. Essas novas propostas pedagógicas foram inovadoras para a época e são de grande contribuição até os dias atuais. Os documentos oficiais expõem:

À luz dessas verdades e sob a inspiração de novos ideais de educação, foi que se gerou, no Brasil, o movimento de reconstrução educacional, com que, reagindo contra o empirismo dominante, pretendeu um grupo de educadores” instituírem no sistema educacional brasileiro da época o rompimento com o modelo de educação vigente com novas ideologias fundamentadas na liberdade e igualdade, e assim se contrapunha a educação tradicional da época (BRASIL, 2010, p. 35).

Portanto, o recorte histórico sobre a trajetória do livro como material didático posto a atender o ensino no Brasil se dará a partir do século XX, mais precisamente na década de 1930, todavia, a inquietação com a produção, distribuição e conteúdo do livro didático se apresenta na história do Brasil desde os tempos do império, mas só na década de 1930 é que o Estado esboçou uma legislação específica para este material. Segundo Silva (2012, p. 808), isso se deu durante o efetivo da gestão de Francisco Campos no comando do Ministério da Educação e Saúde Pública – MESP, no governo nacionalista de Vargas, que tinha como objetivo principal criar uma ideia de nação forte e unida.

Mas o Brasil ainda se encontrava sob o poderio das oligarquias cafeeiras e dava os primeiros passos rumo ao desenvolvimento industrial nos grandes centros urbanos, pois até então era praticamente um país rural. Para que tal desenvolvimento de fato acontecesse se fizeram necessários significativos investimentos em setores estratégicos, como os setores energéticos e o de mineração capazes de atender as demandas do país em desenvolvimento e, por consequência, mudanças significativas aconteceram em várias áreas incluindo o campo educacional.

Com propostas educacionais centralizadas sob forte controle estatal do governo, esse instrumento essencial serviu como propagador das ideologias do Estado Novo. Surge, em 1938, a Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD com o intuito de uniformizar o uso deste instrumento pedagógico, já que tal material era encontrado de forma desorganizada no país, cada estado estabelecia critérios para seu uso, então:

Sob a chefia de Gustavo Capanema a Comissão Nacional do Livro Didático- (CNLD), que tinha como subordinadas as comissões estaduais de livros didáticos (CELD), estabelecendo o controle político e ideológico da produção e distribuição de livros didáticos no país pela ditadura militar, (SILVA, 2012, p. 808).

Com o intuito de organizar de forma unificada os livros didáticos, esse material era utilizado como um agente em sintonia com os interesses econômicos e políticos e uma forma de condicionar a história ensinada em sala de aula as ideologias dominantes. Diante deste cenário, sabe-se que tal ação não foi resultado apenas daquele período; bem antes os materiais didáticos serviam ao mesmo propósito e continuam até os dias atuais. Na década de 1960 e em

pleno regime militar, foi firmado acordo entre o governo brasileiro e o norte-americano conhecido como “acordo MEC/USAID²”. De tal acordo surgiu a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), abrindo-se novas experiências para o ensino básico no Brasil objetivando a implantação do modelo de ensino norte americano. Assim, a COLTED:

[...] enviava a lista de livros didáticos e técnicos já publicados ao MEC (depois de aprovados e selecionados por entidades especializadas), solicitava livros novos e providenciava autores e editoras que seriam responsáveis por eles. Os títulos aprovados eram adquiridos para distribuição às bibliotecas escolares (SILVA, 2012, p. 809).

As críticas continuaram: advindas de vários segmentos da sociedade, críticos em favor da educação brasileira alertavam que por trás do acordo firmado entre o governo brasileiro e o norte-americano poderia haver outros interesses: um controle total por parte dos norte-americanos das escolas brasileiras e do livro didático produzido no Brasil, todas essas experiências culminaram mais uma vez em irregularidades envolvendo o mercado livreiro, especialmente o do livro didático, sendo a COLTED extinta em 1971.

Na década de 1970, o MEC instituiu o controle do livro didático a responsabilidade da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), mais uma vez o programa do Livro Didático sofreu mudanças, ficou sob a responsabilidade da FENAME. Essa fundação teve que garantir novas definições de diretrizes para a produção e distribuição do material didático em todo território nacional, estabelecer dentro do novo programa editoriais parcerias com instituições educacionais, científicas e culturais, públicas e privadas, objetivando interesses em comum,

Com o processo de redemocratização brasileira em 1985, o MEC instituiu o programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Com esse programa tinha por objetivo universalizar, gradativamente, o uso do livro didático, através da distribuição gratuita dos títulos escolhidos pelos professores e todos os alunos das escolas públicas (SILVA, 2012, p. 810).

Depois de muitas tentativas fracassadas, surgiu em 2004 o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), programa este que tem por finalidade fazer algumas alterações profundas nos programas anteriores, principalmente na forma de aquisições dos livros didáticos pelo governo federal, não foi mais permitido aquisição de livros descartáveis, ou seja, que contivessem em suas páginas exercícios que inviabilizavam seu uso por alunos nos anos seguintes. Ficou a critério dos professores a escolha, com distribuição gratuita.

² Unit States Agency for International Developnt.

A trajetória de problemas e soluções trilhados pelo livro didático até a contemporaneidade revelou o espaço escolar como construtor do conhecimento lá na ponta da engrenagem educacional, também faz e fez parte desta trajetória, e tem uma função primordial, qual seja, transformar o atual cenário educacional em um lugar que promova a igualdade já que o livro didático é em sua maioria a única fonte de conhecimentos para uma grande parte do estudante brasileiro da escola pública, cabe à escola e seu corpo docente, ajudar a transformá-los sujeitos formadores de opiniões.

3.2 O livro didático de história

Entre as tantas áreas do conhecimento podemos destacar a disciplina de História como essencial na obtenção de um conhecimento diferenciado diante das demais, pois só a História tem o poder de proporcionar ao homem revisitar o passado, entender o presente e não repetir os erros do passado. O homem sempre se utiliza de experiências vividas no passado e as consideram como algo a ser levado em conta no presente para poder delinear perspectivas para um futuro diferente ou melhor. Neste sentido, o livro didático se apresenta como instrumento de obtenção do conhecimento nas primeiras fases do ensino. Dentro desta observação, podemos levar em conta que a história não se caracteriza como unânime; ela pode ter outras versões sobre o mesmo fato histórico.

Portanto, não seria diferente com o povo africano e sua história descrita sob o entendimento de que os negros só passaram a existir de fato quando foram desembarcados no Brasil e forçados a condição de escravizados. A história dos africanos começa antes, em sua terra natal, na África e dela faz parte as lutas de resistência para manter viva ao longo de séculos, sua fé, seus costumes, sua cultura diante da forte opressão.

Dentre as tantas áreas de saber, a História se destaca por seu importante papel como campo de possibilidade de ajudar os estudantes a construir consciência sobre sua existência, apropriando-se do passado, para só assim entender sua existência no mundo e transformar a realidade na qual está inserido.

A História tem por finalidade guardar e preservar todo e qualquer registro histórico de um país, evidenciando nos registros históricos a importância dos fatos e eventos ocorridos. No entanto, tais registros são considerados relevantes a partir de conceitos eurocêntricos, o que faz com que privilegie as classes dominantes e seus feitos, tratando-os historicamente como heróis e como responsáveis diretos pela construção da história, em detrimento a história da classe trabalhadora, de homens e mulheres comuns.

Outra história é possível, porque a história tem o poder de garimpar fragmentos do mesmo fato histórico e o recompor com outra versão mais abrangente de modo que contemple outros sujeitos até então invisíveis aos olhos da sociedade. Por isso, faz-se necessário que o livro de História transmita aos alunos compreensão de si, pois só assim esse sujeito entenderá que sua existência no tempo presente está relacionada com o tempo passado.

Continuando nessa perspectiva, podemos pensar em um modelo de escola que desenvolva trabalhos voltados a um ensino inclusivo, que se trabalhe objetivando a convivência e respeito as diferenças étnicas e não uma uniformização, onde o mesmo respeito dado ao branco deve ser dado ao negro ou ao cigano, ao asiático. Infelizmente, no Brasil poucas escolas dispõem de uma educação de valorização do multicultural, evidente que muito já se fez, mas ainda se percebe resistências de forma implícita com relação aos diferentes.

Tais ações se refletem nos índices educacionais, principalmente com relação ao povo negro que ainda é menos escolarizado se compararmos ao branco, isto é, as várias formas de preconceitos ainda segregam até mesmo o acesso e a permanência na escola. Como resultado, observamos uma menor permanência na escola e o baixo número de anos de estudos em comparação a pessoa branca. Desta forma, vamos apenas imaginar uma escola mais justa no sentido de que seu ambiente pode construir reflexões sobre a formação da sociedade fazendo com que os diferentes possam conviver e serem respeitados. Com esperança aos poucos construiremos a escola dos sonhos, com padrões elevadíssimos, bons professores, alunos com boas condições financeiras e recursos didáticos de boa qualidade, sem interesses por parte de representantes de editoras, ficando a critério dos professores uma escolha baseada em seus conteúdos e não pelo viés influenciador proposto pelos representantes de editoras, que visam lucros e não qualidade de seus produtos – os livros didáticos.

4. A RESISTÊNCIA NEGRA: UMA HISTÓRIA AINDA A SER ESCRITA

Quando falamos em uma nova história, é no sentido de que vozes condenadas ao silêncio voltaram a ser ouvidas e ganhar força em meio a uma nova realidade presente e evidenciadas por meio da dança, arte, música e pelo seu culto às divindades. No entanto, a história escrita no livro didático e estudada por crianças, jovens e adolescentes na educação básica ainda insiste em retratar o povo negro com indiferença desde os primórdios quando os mesmos foram arrancados à força de sua terra natal e posto a condição de escravizado no Brasil.

Mesmo sob as condições mais desumanas possíveis, conseguiram resistir e construir meios de existência. Desta forma, entende-se por resistência do povo negro todo e qualquer tipo de manifestação que funcionou como uma forma de oposição ao cativo; condição que lhe foi inerente, e que a historiografia recente tem apontado quando trata dos escravizados. Assim discorre Leite: “Tão intensa quanto a própria escravidão foram os tipos de resistência apresentados pelos sujeitos escravizados ao sistema que lhes fora imposto” (LEITE, 2017, p. 65).

Seja através das fugas, desobediências, pela fé, pela dança ou outras tantas expressões, as pessoas negras resistiram à escravidão, no entanto os livros didáticos de História continuam passíveis a tais ações. Trabalhar a história da gente negra na perspectiva da resistência evidencia o fato de que mesmo diante dos mais terríveis e cruéis castigos, essa gente sonhou e lutou por liberdade, sobretudo porque na África não eram escravos, mas no Brasil foram tratados como tal. A triste página de horrores praticados contra o povo africano nesta terra causaram-lhes terríveis marcas, que persistem até hoje:

Diante da difícil condição do cativo - dos castigos e das punições de seus senhores -, agravadas pela distância de sua terra de origem e de seus familiares, muitos escravos viam no suicídio a única ou a última forma de livrar-se da escravidão (LEITE, 2017, p. 69).

A escravidão é um capítulo inacabado na história do Brasil, embora ela tenha sido abolida há mais de um século, ainda não foi dizimada do comportamento e do imaginário brasileiro, sobretudo porque as consequências para a gente negra ainda são ignoradas pelas elites dirigentes do Brasil, que insistem em esconder seu passado escravocrata e enfrentá-lo e defender ações de promoções da igualdade racial.

A história não nega os fatos e permite que a sociedade revise o passado, compreenda o tempo presente e nele não reproduza os erros do passado, ou seja, as práticas escravistas.

Permite ainda que atue de modo a que se construa uma sociedade mais igualitária socialmente democrática, sem exclusão das pessoas em função de seu pertencimento étnico-racial, orientação sexual e condição social. Desta forma, temos o dever histórico de refletir o quanto é importante conhecer o continente africano e seu povo de um modo geral e perceber quanto nossa civilização deve a eles, torna-se uma questão de valorização da cultura e identidade dos africanos que aqui fizeram seu lar. Assim, a lei 10.639/2003 vem legitimar definitivamente essa importância.

Como resistência, não podemos afirmar somente a força física; existem outras maneiras de resistir, ou seja, de lutar por direitos: o direito de existir e de resistir contra qualquer tipo de opressão. Isso o povo negro soube manter mesmo diante das mais perversas formas de extingui-los. A necessidade de liberdade esteve presente na vida dos escravizados desde o momento que aportaram no Brasil, uma vez que não se adaptaram ao regime de trabalho escravo. De início passaram a planejar e organizar as fugas e a pensar as formas de luta que travariam para se manterem livres no lugar para onde fugiriam os chamados quilombos. A perspectiva era se refugiar em lugares seguros e distantes dos opressores.

A resistência revelou-se desde a recusa vã em deixar suas terras, famílias, culturas e histórias na África, passando pela rebelião durante a insalubre travessia do Atlântico, até às formas mais radicais, como assassinato de seus escravizadores, nos locais de trabalho forçado (LEITE, 2017, p. 65).

Como forma de resistência foram comuns as práticas dos rituais religiosos, o que os ajudavam a permanecerem vivos e esquecerem os sofrimentos decorrentes dos castigos corporais e da longa jornada de trabalho. Mesmo os rituais sagrados trazidos da África tendo sido considerados pelos brancos cristãos católicos como malignos e que por isso a comunidade negra não possuía alma, essa gente não os esqueceu e continuou a praticar de forma velada. Outra prática desencadeada pela elite branca e cristã foi batizá-los no cristianismo e forçá-los a aceitar o culto cristão católico. Mesmo diante de tanto abuso e violência, o povo negro resistiu.

Manter o culto aos orixás, deuses trazidos das Áfricas, foi uma entre as tantas formas de conservarem vivos perante as opressões utilizadas contra o povo escravizado. Essa gente conseguiu engendrar mecanismos para ocultar seu maior bem, cultivar mesmo que seja com outros significados algo muito relevante a sua existência como resquícios de seu lugar, de onde foram arrancados a força. Neste sentido, manter seus deuses³ vivos foi a maior forma de resistir.

³ Deus s.m. Deus. 1. Divindade suprema, criadora do universo para as religiões monoteísta, isto é, que acreditam em um só Deus como: cristianismo, judaísmo, islamismo (religião muçumana). Escreve-se esta palavra com a letra minúscula e ela não tem plural. Deus criou o universo e o homem. 2. Nas religiões politeístas, isto é, que

Diante da opressão e exploração a que foram submetidos, viram-se obrigados a disfarçá-los com formas semelhantes às imagens sagradas do culto cristão católico. Essa forma de resistência do povo negro se mantém como prova de garra e dignidade.

A instauração da República, em 1889, não trouxe nada de positivo para os libertos, uma vez que não os reconheceu como cidadãos brasileiros. Pelo contrário: o novo sistema político marginalizou a comunidade negra, visto que essa passou a viver sob o olhar de desconfiança da sociedade. Assim, nos anos que se seguiram após a abolição, a sonhada liberdade se transformou em pesadelo, pois a liberdade se tornou sinônimo de enfrentar as adversidades impostas pela sociedade. Não demorou e os libertos não tardaram a entender que a luta por liberdade não chegara ao fim. Livres, caberia a eles se organizarem e lutarem pela garantia de direitos básicos e indispensáveis ao ser humano.

Os povos negros, por um longo período, foram submetidos às mais perversas formas de exploração nessas terras. A preço de muito sangue e dor mantiveram seus costumes preservados mesmo no contexto de opressão, nunca desistiram de lutar. Desde o desembarque do navio negreiro mostraram força para buscarem seus ideais de liberdade e serem reconhecidos como parte integrante de uma sociedade excludente.

A luta em defesa da igualdade pela manutenção da identidade se traduz em conquistas, por exemplo: a lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 – Estabelece as diretrizes e bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira; a lei nº 12.990 de 9 de junho de 2014, que reserva uma cota de 20% aos alunos negros para as universidades; lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Sabe-se que ainda existe muito a ser feito, que o povo negro vem ganhando representatividade em vários segmentos sociais no Brasil, seja por meio do esporte, saúde, nas ciências, justiça, na política, embora a passos lentos. Neste sentido, faz-se necessário uma observação no sentido de sanar de vez a página vergonhosa ainda muito presente em nossa sociedade: o preconceito racial que leva as pessoas a julgarem alguém em função da cor de sua pele.

acreditam em vários deuses, constitui uma divindade dotada de poderes superiores aos do homem, que conduz a vida humana e tem poder sobre ela. Nessas religiões atribui-se a cada divindade um atributo, ou dons especiais. No Brasil é o caso das religiões de origem africana como o candomblé, a umbanda, a macumba. O mesmo ocorre nas religiões de origem indígena. Xangô, é o deus da tempestade, do raio e do trovão no candomblé. Tupã e o deus do trovão para os índios tupis// pl: deuses>> Deus do céu! exclamação de espanto, admiração, susto> Deus que abençoe: no Brasil colonial e ainda hoje em famílias mais tradicionais e católicas, o filho ou a filha, costumava e costuma pedir a benção aos pais, aos avós, aos padres e bispos, aos padrinhos, etc. (Biderman, 1998, p.313).

Fato é que várias conquistas aconteceram principalmente no campo legislativo e de inclusão do povo negro como digno de seus direitos, no entanto muito há de se conquistar no Brasil em matéria de direitos e garantias a comunidade negra. A resistência tem que continuar persistindo, mas o intuito agora é lutar contra os grilhões atuais do descaso, da desigualdade social, da desigualdade econômica e da ignorância, o brasileiro precisa ainda conhecer a história do negro e entender que se deve brigar pela igualdade para constituir um país mais justo.

4.1 Negros no livro didático de história

Desde muito cedo a criança tende sentir curiosidade a algo que os desperte interesse, principalmente no ambiente familiar, ocasionalmente de forma oral contada pelo pai, mãe ou pelos avós. É nesta fase que a criança passa a interagir com as histórias que lhes são apresentadas, nas quais acrescentam significados às personagens como algo que lhes representem de forma positiva ou negativa. O modo como se ler um texto possibilita aprendizagens que legitimam ou não o lugar social dos sujeitos envolvidos na trama. Vejamos como exemplo esse trecho: “o negro apanhou no tronco em decorrência de sua teimosia”. Uma criança, nas fases iniciais, entende que a punição é justa pelo fato de o negro ter cometido uma teimosia.

Desta forma, a representação de algo pode ser do objeto inicialmente percebido, mas do objeto construído a partir dos elementos que a ele acrescentamos, no processo de modelagem e construção (SILVA, 2011, p. 30).

Esse mosaico descrito funciona como uma chave na formulação do interpretar algo, sem uma boa interferência a criança entenderá e perpetuará o conceito de que o erro é passivo de punição; entendendo que a condição que o povo negro se encontrava era normal, não a entendendo como imposição, mas como opção. Logo, “a leitura é uma ponte entre o concreto e o abstrato, trazendo possibilidades de trabalhar em um ponto de vista voltado para a relação social” (SOUSA, 2019, p. 128).

Portanto, a leitura é a base para apropriação do conhecimento e só por meio desse é possível compreender não apenas os textos que se lê, mas todo contexto social em que se está inserido, desenvolvendo pensamentos críticos como um cidadão consciente através da comunicação que há muito transformou a humanidade.

Entre as várias formas que o indivíduo tem para interpretar o mundo em sua volta, as imagens proporcionam uma exploração pela mais importante das percepções humanas: o ver.

Neste sentido, a criança cria e vivencia o tempo todo o processo de criação; isso implica em um ver, em um enxergar de forma concreta, fundamentado em causas e efeitos, produzindo inquietação no seu entendimento diante das apresentações: se algo é feio, naturalmente se subentende como algo negativo, mas se algo é belo, mostra-se bonito, esse sujeito tende a se apropriar como algo que lhe representa. Neste sentido, observa-se:

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si própria e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproxima-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos (MUNANGA, 2005, p. 23).

Nesse sentido, cabe à escola desempenhar seu papel transformador no combate ao preconceito e proporcionar a formação de indivíduos conscientes e preparados como seres sociais que saibam lidar com as mais diversificadas situações envolvendo os conflitos, desilusões e ascensões. Seguindo nesta linha de pensamento sobre como os textos e imagens tem poder influenciador ao indivíduo, provoca-nos a fundamentar esses conceitos sobre como e de que forma se encontram descritos os povos africanos no livro didático após a Lei 10.639/03, nos espaços das escolas. Sendo assim, devemos pensar em quais circunstâncias são dadas as questões africanas e afro-brasileiras nos espaços das escolas e como o livro didático aborda o assunto ao expor a questão do multiculturalismo no Brasil.

A história da população negra no Brasil ainda é representada de forma equivocada, não existe um paralelo com relação a sua história, os livros didáticos nas primeiras fases do ensino retratam essa trajetória como um enredo contínuo resumido basicamente em: a chegada ao Brasil vindo da África como escravos; o trabalho na lavoura da cana de açúcar e nas minas de ouro; e quando foram libertos. Não foram evidenciados em nenhum outro contexto a não ser o trabalho escravo.

Com base nas análises dos conteúdos dos livros didáticos da coleção Buriti, buscar-se-á delinear uma observação nas lacunas existentes que ainda persistem em mostrar uma história incompleta e excludente. Portanto, essa análise pretende fazer dos conteúdos textuais e imagéticos, dos cinco livros da coleção Buriti, um estudo sobre seus significados e como esses são evidenciados, sob a perspectiva do compreender a dinâmica do preconceito embutido que insistem em manter a desconstrução de uma sociedade solidária, justa e igualitária quanto à questão do povo africano e suas contribuições a essa terra. Observa-se que:

Para que aconteça de fato uma educação que envolva as relações étnico-raciais e as contemplem a partir das práticas pedagógicas, é necessário trabalhar com discentes, identidade e diferenças e descartá-los a partir do meio escolar (SOUZA, 2019, p. 112).

Sob essa perspectiva se faz necessário ultrapassar as incertezas, mas o observador precisa ter certo cuidado, pois sua observação não pode exercer qualquer tipo de influência, ou seja, precisa ter certas cautelas de modo que as suas ideologias não avistem detalhes onde não há e não crie situações imaginárias no intuito de afirmar algo em que se acredita. Diante do exposto, busca-se fazer uma observação em seus conteúdos textuais e pictográfico sob a perspectiva de descrever e decodificar alguns elementos presentes nesse instrumento pedagógico que venha a se caracterizar no sentido de depreciar por meio de textos ou imagens o povo negro.

5. CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO POVO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

O uso do livro didático como suporte é o que muitos discentes têm como único material disponível para aprender os conteúdos escolares, o que faz com que o docente o adequa a realidade dos primeiros, auxiliando, desta forma, na superação da ausência de outros recursos. O que chama atenção é que além de contribuir no planejamento das atividades docentes a serem desenvolvidas em sala de aula, esse material desempenha papel fundamental na prática de novos hábitos como a leitura, além de aguçar a curiosidade do alunado aos mais variados temas. Os livros didáticos têm seus pontos positivos, isso é notório, todavia devemos nos atentar, uma vez que ele é um propagador de ideias, conceitos e valores.

A obra didática a ser analisada é de autoria de Lucimara Regina de Souza Vasconcelos, bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal do Paraná, mestre em Teoria Literária pelo Centro Universitário Campo Andrade. Trata-se de uma obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, editada por Lucimara Regina de Souza Vasconcelos, composta de cinco volumes e destinada para alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I, ou as chamadas primeiras fases do ensino fundamental I, conforme o Programa Nacional do Livro Didático. O livro foi distribuído nas escolas públicas e deve ser utilizado durante aos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022.

Figura 1: Manual do professor.



Fonte: Livro Didático: *Buriti Mais História*.

No livro do 1º ano, as imagens são mais frequentes devido ao fato de ser direcionado a crianças menores, logo se apresentam como uma melhor forma de levá-las a compreensão e aprendizagem do conteúdo. As imagens são, ainda, a melhor forma de chamar a atenção da criança, de atraí-las e fazê-las compreender o que quer se transmitir como conteúdo relacionado a qualquer temática abordada. O primeiro livro possui 128 páginas e é composto por quatro unidades: “Quem sou eu”, “A vida familiar”, “A escola” e “Brincadeiras e festas”, e cada unidade é composta por quatro capítulos tendo como eixo temático a boa convivência, a importância do nome próprio, os sobrenomes, e a história que há por trás de cada pessoa.

O que se nota de imediato é a grande quantidade de imagens ou figuras em suas páginas cujo objetivo é prender a atenção do público infantil, uma vez que este livro é direcionado para a fase inicial. A unidade 1 é composta por um desenho nas páginas 8 e 9, e representa crianças brincando em um parque. Suas representações não são caricaturadas e se aproximam das feições humanas: alguns têm os nomes revelados e outros não, mas ambos estão vestidos igualmente e conversam entre si. Ao total, apenas três se caracterizam como negras, pois têm a pele mais escura e o cabelo crespo se compararmos com as demais retratadas na cor rosa. Entre as três representações de crianças negras, um menino faz parte de um time de futebol.

Figuras 02 e 03: Disparidade entre crianças brancas e negras.



Fonte: Livro Didático: *Buriti Mais História*, p. 8, 9.

O garoto negro veste uma camiseta com o número dez, bermuda e chuteiras. A partir desse contexto, podemos afirmar categoricamente que há uma associação do negro ao esporte

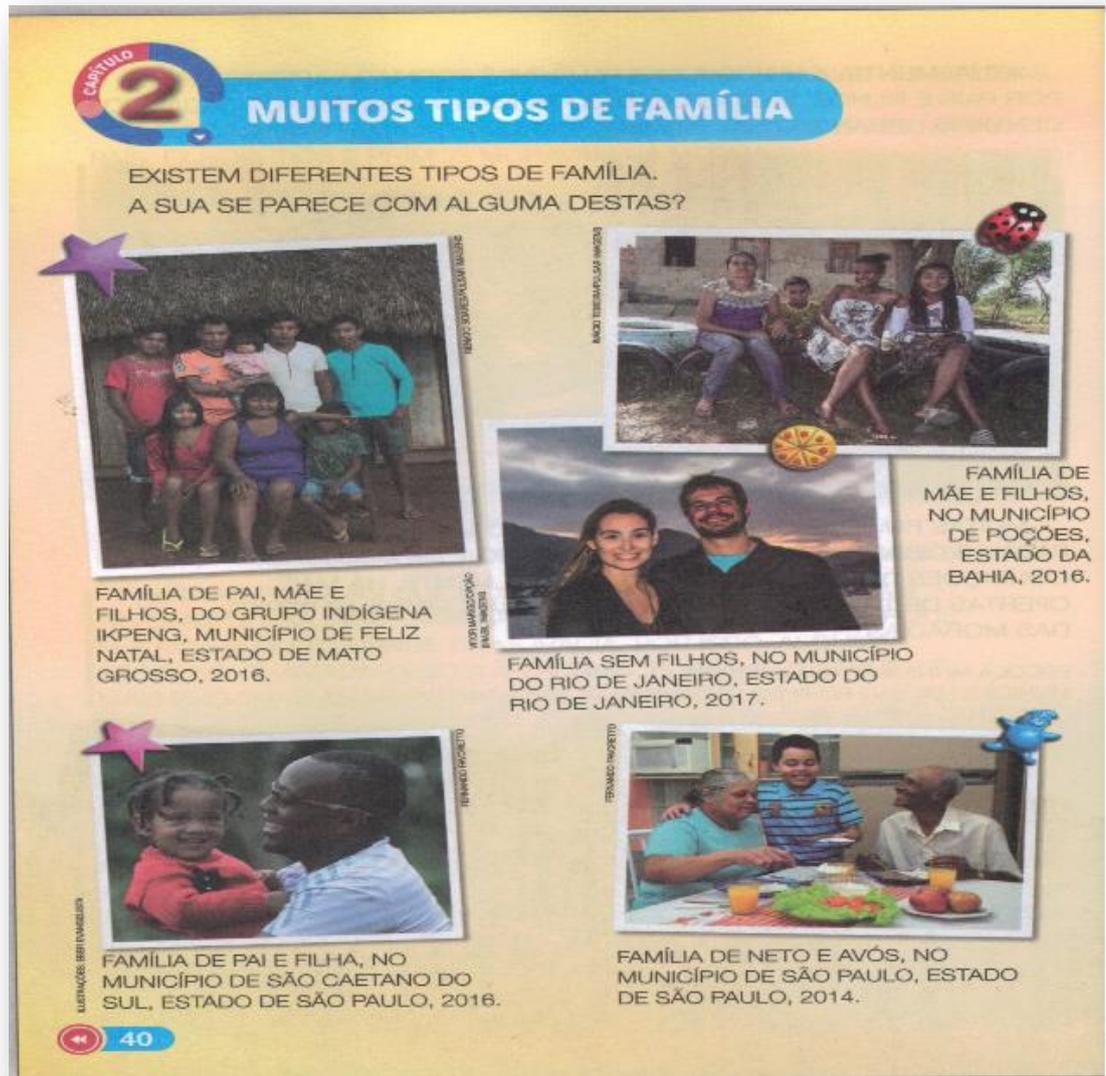
como forma de ascensão social, permitindo-nos a compreensão de que ser afrodescendente é ter um caminho de maior sucesso através do esporte. Observa-se como afirmação de que ser negro é atestar uma incapacidade diante de outros seguimentos sob a argumentação de que: “a qual os negros que se esforçarem poderão usufruir de direitos iguais aos brancos”, taxando-os de incapazes.

A menina brinca de pular corda e o outro brinca com areia, ambos estão bem vestidos, logo não estão ligados a algo que os inferiorizem perante os demais. Na imagem das crianças há uma desproporcionalidade se compararmos as representações de crianças brancas com as negras: as brancas sempre aparecem em maior quantidade, se sobrepondo o mecanismo de invisibilização e de recalque das diferenças (MUNANGA, 2005, p. 22).

Tendo em vista que a maioria da população é negra no país, nas páginas 10 e 11 as crianças estão representadas no pátio de uma escola interagindo entre si. Existem crianças com aspectos negros entre as crianças brancas, assim como em uma das representações há uma criança cadeirante, entendendo-se como algo positivo no sentido da inclusão. Entre as dez representações, apenas três têm o aspecto de negro, portanto esse material peca no sentido quantitativo nas representações entre negros e brancos.

Quanto aos textos, estes não são apresentados de forma incoerente com relação à imagem do povo negro; pelo contrário: na página 37 existe uma representação de uma família composta por um pai negro, uma mãe branca com seus dois filhos, se contrapondo a outra imagem da página 40 na unidade 2, descrita como muitos tipos de famílias. As cinco imagens mostram distintas famílias, sendo uma indígena, uma formada só pela mãe, uma só pelo pai negro, e uma pelos avós. A imagem da família que mais se destaca é a formada por um casal de brancos bem centralizados com seguinte pergunta: “a sua família se parece com alguma desta?” Diante disso, torna-se claro uma intenção de evidenciar o branco como algo superior, pois na imagem estão bem apresentados e demonstram uma boa condição financeira, pois a imagens de fundo comprova isso. As demais estão relacionadas à miséria, transtorno familiares como separações, gravidez precoce – que neste caso os filhos são educados pelos avós. Entretanto, o que chama mesmo atenção é a vinculação das imagens ao povo negro e aos indígenas com uma gritante diferença para a foto central na qual o casal transparece felicidade. Em ambas as fotos, exceção da foto no central, aparecem resquícios vinculando os demais ao povo negro.

Figura: 04. Representação familiar e suas diferenças.

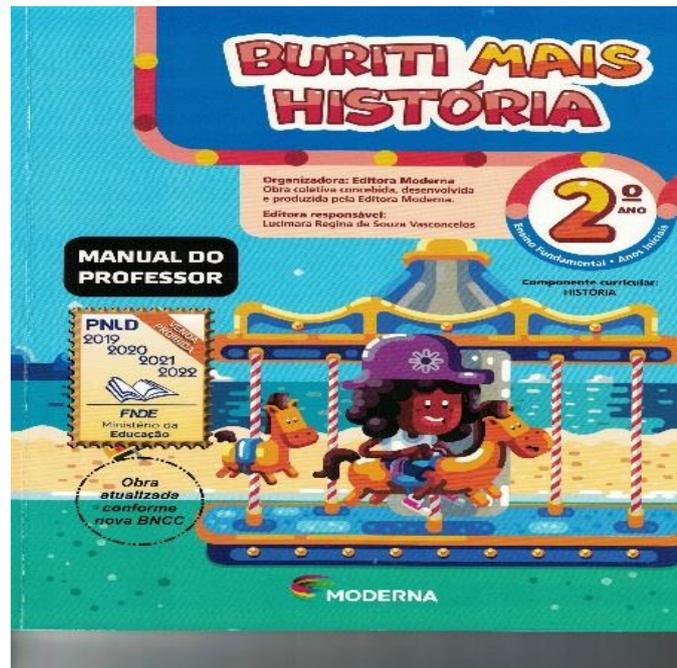


Fonte: Livro Didático: *Buriti Mais História*, p. 40.

Na imagem há representações das pessoas negras, o que podemos considerar como um aspecto positivo, contudo, é preciso observar em que posições as pessoas negras estão sendo representadas. A quarta unidade é basicamente formada por representações de brincadeiras com o intuito de valorizar e fortalecer a cultura de cada região: enfatiza as festas juninas e os jogos lúdicos, como também os brinquedos populares como forma de interação entre as crianças, mas nada que contemple e agregue o povo negro.

O livro do 2º ano encontra-se organizado em um total de 136 páginas, distribuídas em quatro unidades, descritas como: “A passagem do tempo”, “A vida em comunidade”, “Marcas da história” e “Trabalho”. Por ser a continuidade da coleção, não se faz necessário descrever o nome da autora. Nesta segunda obra, observamos que há vários exemplos de representações da comunidade em discussão em seus conteúdos, embora não seja a temática principal.

Figura 05: Manual do Professor.



Fonte: Livro Didático: Buriti Mais História.

Na unidade 1 todos os seus capítulos são direcionados ao tema do tempo e seus efeitos. Na página 13 encontra-se uma pequena referência indígena denominada como sendo um calendário *atikum*⁴, não existindo muitas informações sobre esse grupo indígena. Já no que diz respeito ao povo negro, existem muitas lacunas no livro em questão. Podemos observar que em um primeiro momento não há algo que chame atenção com relação às imagens e textos descritos nessa primeira unidade e que nos leve a um olhar mais atento à questão de como se é representada essa comunidade marginalizada.

A segunda unidade é iniciada a partir da página 38, e logo de início observamos que o livro evidencia a boa convivência, pois traz representações de pessoas negras, cadeirantes e idosos. Na página 41, a imagem retrata o assunto pertinente: a rejeição por parte de grupos de crianças a outras crianças. O curioso desta cena é que a criança rejeitada não é negra. Adiante, nas páginas 60 e 61, ainda na unidade 2, a autora descreve o Pelourinho, no centro de Salvador, como um bairro que passou por muitas mudanças; faz um breve comentário sobre a história do Pelourinho, quem eram seus moradores sem mencionar em momento algum algo que relacione aquele local histórico ao povo negro. Afirma ser apenas um local destinado a realização de festas populares sem explicar quais. Essas informações se caracterizam como superficiais se

⁴ A etnia Atikum concentra-se na região Nordeste, especificamente no sertão central do Estado de Pernambuco. ... Umã **significa** “índio mais velho” e teria sido o pai dos Atikum, cuja descendência se criou na aldeia Olho d'Água do Padre (antiga Olho d'Água da Gameleira), no município de Carnaubeira da Penha / PE

relacionarmos a tamanha importância histórica e cultural que o Pelourinho representa a população quanto às suas memórias. Encontramos na página 92 a imagem de um contador de história chamado “Griô”⁵, sem qualquer outra referência. Apenas um questionamento ao aluno sobre o que significa fontes de natureza imaterial.

Figura 06: “Griô” O Contador de História.



Fonte: Livro Didático: Buriti Mais História, p. 92.

O griô se baseia na tradição oral e se encarrega de transmitir as histórias de vivências por meio dos saberes culturais de um povo. É reconhecido por todos como o responsável por ensinar às novas gerações os saberes e a história da comunidade; alguém que por meio de seu conhecimento mantém viva a história contada, passando de geração em geração.

Figura 07: Crianças negras trabalhando como engraxates.

⁵ A palavra griô tem **origem** na tradição oral africana, utilizada para designar mestres portadores de saberes e fazeres da cultura, esses transmitidos oralmente. Tradicionalmente, os griôs contavam a história de seu povo na forma de poemas ou canções.



Na página 102, sob o título “As condições de trabalho”, vincula uma imagem ao trabalho infantil. Certamente essa imagem provocará na criança uma reflexão acerca da desigualdade, injustiça e exclusão social, fazendo com que os discentes entendam que essa condição não é natural, não é imutável, mas é uma produção humana. Nesse sentido, transformar as representações sociais significa transformar os processos de formação de conduta em relação ao outro representado (SILVA, 2011, p. 31). Para desconstruir tal cenário se fazem necessárias as ações afirmativas, que é uma situação impossível de desvincular da questão social, para que possamos compreender que o Brasil é um país multicultural, que necessita urgentemente de políticas públicas que promovam a igualdade entre branco e negro.

O livro do 3º ano encontra-se organizado em um total de 144 páginas, distribuídas em quatro unidades, descritas como: “O espaço é de todos nós”, “A formação das cidades”, “A vida no campo e As migrações” e “Vida na Cidade: a urbanização”.

Figura 08: Manual do Professor.



Fonte: Livro Didático: *Buriti Mais História*.

O livro do 3º ano, comparado ao do 2º ano, também inclui várias imagens como forma de atrair as crianças a compreenderem seus conteúdos: em ambos os livros a pessoa negra aparece em uma grande quantidade de imagens, mas na maioria das vezes sem vinculação direta com os conteúdos, não se evidenciam como protagonistas das narrativas.

Figura 09: O cotidiano de uma cidade no período colonial.



Fonte: Livro Didático: *Buriti Mais História*, p. 52.

Desta forma, o livro didático é, ao mesmo tempo, material tão valioso e complexo sob o ponto de vista da abordagem dos conteúdos, pois traz situações problemáticas e importantes quanto aos temas abordados como educação ambiental, respeito, cidadania, mas não os relacionam aos indígenas e aos afro-brasileiros. Curioso é buscarmos a explicação para a utilização, em um livro didático para os anos iniciais, da imagem da submissão do povo negro transportando um senhor branco em uma rede para discorrer sobre “censo demográfico”, uma vez que este material causará curiosidade na criança e a fará buscar o real significado da imagem.

O livro *Buriti Mais* do 3º ano do ensino Fundamental I, mostra em suas poucas páginas questões relacionadas a diversidade étnico-racial, mas enfatiza a época da escravidão e nunca a resistência indígena e negra. Mostra ainda o trabalho na cana de açúcar executado por africanos escravizados, embora não traga nenhuma reflexão sobre o racismo e as formas de combatê-los na sociedade contemporânea.

Sendo assim, os educadores, como mediadores, fazem uma espécie de junção às práticas pedagógicas e as imposições, como algo que venha a valorizar as diferenças culturais existentes na sociedade brasileira e assim desmitificar o sistema de ideias com relação a representação do povo negro que é representado como inferior, dócil e submisso ao trabalho. O processo de desqualificação e desvalorização da vida negra nos textos e imagens está no fato de os

representarem como inferiorizados sem famílias, sem trabalhos, sempre em condições inferiores e escravos. Os textos fazem menções aos povos negros trazidos das Áfricas, mas não os evidenciam como uma sociedade organizada.

Algumas informações que se referem ao continente africano possuem muitas lacunas sobre o lugar e seu povo antes dos colonizadores. Não colocam a África e seu povo como sujeito da pertencente a essa história.

Figura 10: O Batuque.



Fonte: Livro Didático: *Buriti Mais História*, p. 26.

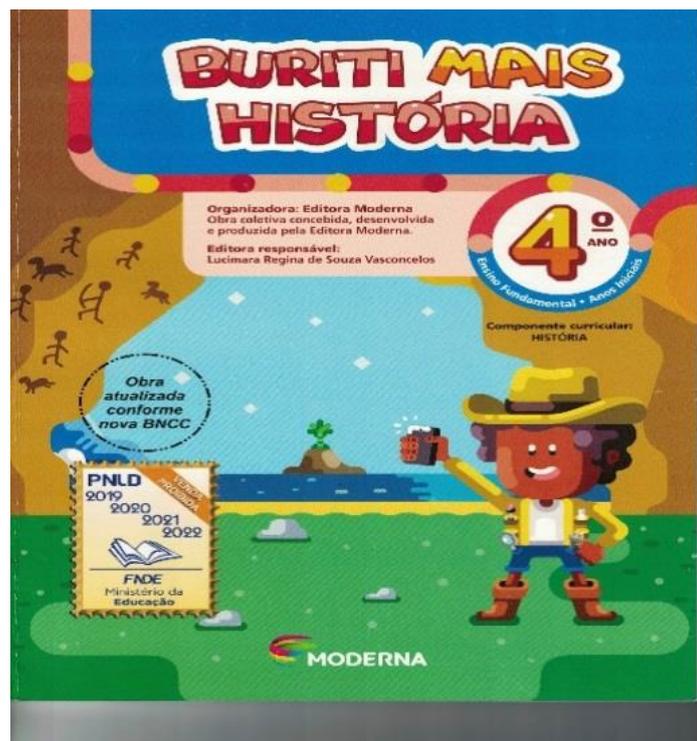
A imagem acima se trata da representação do local onde os negros se reuniam para cantar e dançar. Fica evidente que o local era desabitado e afastado do centro urbano, o que nos leva a pensar que mudanças ocorreram em favor do povo negro.

Nos livros didáticos, os negros ainda são minorias e sem nenhum prestígio social, o que faz com que a sociedade não os veja como detentores de direitos e deveres. A partir dessa percepção, a pintura não é o propósito final, o que está em questão é como o pintor representou os negros em seus momentos de lazer, batuque, cantos e danças; uma evidência de que podiam manter suas práticas culturais, desde que distantes e isolados para que não causassem qualquer transtorno a sociedade.

Mesmo com grandes melhorias em sua elaboração, ainda existem vestígios de discriminações contra a pessoa negra, o que faz com que a criança, ao primeiro contato com o livro didático, lide com uma imagem negativa, uma aberração; ou seja, aprende que negro não é digno de respeito ou muito menos de algum valor. Quando uma criança negra presencia no livro didático algo negativo em relação a essa comunidade marginalizada, se nega sob qualquer hipótese de querer ser negro.

O livro *Buriti Mais* do 4º ano é composto por 152 páginas, dividido em quatro unidades e cada unidade tem quatro capítulos. Não é diferente dos anteriores: as abordagens dos temas principais continuam trabalhando o conteúdo de forma tradicional: passeia pela sequência cronológica com relação aos fatos históricos, desde a pré-história, passando pela idade média até a contemporaneidade.

Figura 11: Livro *Buriti Mais* do 4º ano.



Fonte: Livro Didático: *Buriti Mais História*.

Na unidade 1, capítulo 1, a página 10 apresenta como o estudo da história o tempo, identificado pelas datas: no ano de 2016, temos o futebol representado como uma prática de lazer. No ano de 1965, a autora faz referência aos estilos femininos, mas como era de se esperar no ano de 1770 não se menciona nada em relação aos negros escravizados em uma mina de extração de diamante. A sequência das datas tem o propósito de exemplificar as mudanças

ocorridas ao longo do tempo em vários segmentos sociais; afirma ainda que no ano de 1770 negros eram escravizados e hoje não são mais.

Figura 12: Conceito social em três períodos.



Fonte: Livro Didático: Buriti Mais História, pp. 108,109.

Nos conteúdos e imagens favoráveis a questão étnico-racial e independente dos livros didáticos, faz-se necessário uma discussão sobre o protagonismo negro na construção da nossa história: desde o momento que esses povos foram arrancados de sua terra e trazidos para essas terras, resistiram para se manterem vivos e suas identidades culturais, e para isso lutaram bravamente por espaços em meio a uma sociedade preconceituosa que insiste em manter barreiras entre brancos e negros.

Na página 56, sob o título “O mundo que queremos”, e o subtítulo “Economia solidária: moeda social e bancos comunitários”, ao analisarmos a imagem e o texto percebemos uma incoerência entre a matéria de cunho informativo/curioso com o título descrito “O mundo que queremos”. Será que uma criança ao ler na íntegra o conteúdo entenderá como algo bom, algo que promove de fato a igualdade de oportunidade ou reafirma que o povo pobre negro e favelado é incapaz?

O livro evidencia de forma mais completa a questão relacionada ao povo negro. Seus textos e imagens têm um sentido mais provocador e, desta forma, depende muito sobre como o professor fará uso dessas informações dentro de suas práticas pedagógicas.

O livro, por meio de seu conteúdo, contempla temas transversais, como por exemplo, na página 77, encontra-se uma imagem em formato grande que representa uma marujada, identificada como uma prática cultural quilombola. A imagem não possui muitos detalhes, mas na parte superior existe um questionamento com o título “vamos conversar”, fazendo menção a formação do povo brasileiro com os vários grupos étnicos que contribuíram para a formação do que somos hoje.

Na perspectiva de evidenciar a população negra no livro didático, percebemos mudanças significativas quanto a uma melhora nas abordagens de assuntos que até pouco tempo não faziam parte deste material. Tratando-se dos livros em questão, na página 90 identificamos um texto com explicações sobre o sistema de cotas e o porquê de sua criação e qual a importância deste tema como conquista para o povo negro. Contribui ainda para o aluno entenda como se deu esse processo, e que essas informações contribuam na construção identitária deles, tornando-os conhecedores das lutas contra as várias formas de exclusão social disfarçadas de democracia racial.

Após essa discussão, observamos que na página 108 existe uma gravura que retrata duas crianças: uma branca e uma negra em um museu. A princípio não se repara qualquer coisa de extraordinária se não fosse a questão de que as imagens representam períodos diferentes de nossa história. Uma representa um engenho de cana de açúcar e o outro uma cena onde um homem branco é transportado por negros escravizados em uma rede.

Figuras 13: Duas Crianças no Museu observando o quadro de independência ou morte.



Fonte: Livro Didático: Buriti Mais, pp. 108, 109.

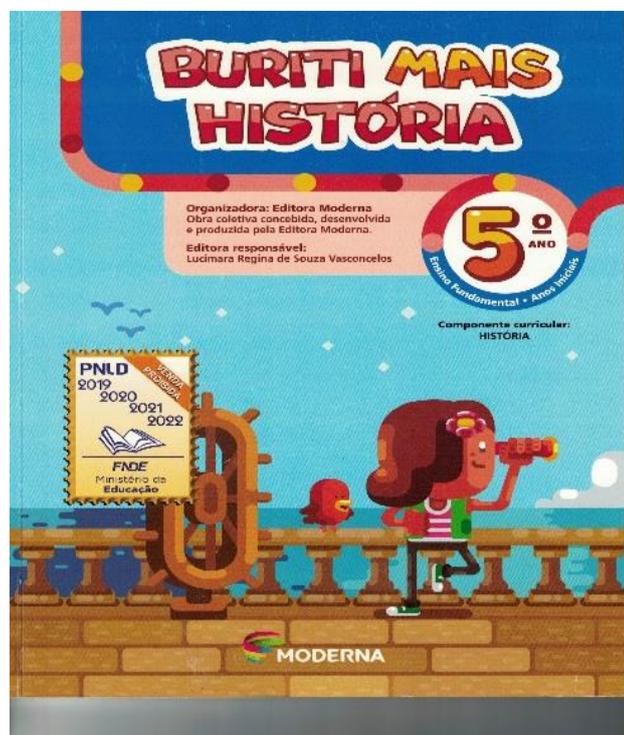
As imagens não exploram e correlacionam a qualquer explicação sobre a questão do negro, diferente das figuras que representam a primeira missa no Brasil e o grito da independência, o que nos induz a um entendimento de que diante das demais imagens a representação do negro é menos importante na composição da História do Brasil. O livro didático é unânime entre a maioria do alunado das escolas públicas, mas ainda insistem em

manter alguns preconceitos por meio de suas imagens e textos depreciativos com relação ao povo negro, certo que algo vem mudando principalmente após a implementação da Lei 10.639/2003, o que nos leva a ver esse processo como algo positivo com relação a questão da igualdade de direitos entre negros e brancos em qualquer segmento social.

No livro analisado não podemos deixar de destacar que há de fato a promoção da diversidade cultural brasileira; a problemática se inicia, entretanto, a partir de como essas informações são entendidas pelos educandos dos anos iniciais e se o modo como elas estão apresentadas, principalmente para a criança negra, proporcionam curiosidades no sentido de entender sua formação identitária e não se permita mais ser passiva de preconceitos.

O livro *Buriti Mais* do 5º ano é composto por 151 páginas, dividido em quatro unidades com quatro capítulos cada. Este volume faz um percurso pela história de forma cronológica nos registros históricos sobre as primeiras formações humanas ou o homem pré-histórico, a escrita e como eram as organizações sociais no passado, além de evidenciar revoltas e as lutas por direitos. Sobre os registros que retratem os povos africanos neste volume podemos considerar poucas, mas significativas.

Figura 15: Livro *Buriti Mais História* 5º ano.



Fonte: Livro Didático: *Buriti Mais História*.

Nesta visão se faz necessário entendermos que as imagens tendem a buscar uma representação mais intensa, pois é a partir deste nível de ensino que os livros didáticos trazem em seus conteúdos as temáticas que abordem significativamente o povo negro desde a África até as influências atuais. Entre as ausências com relação aos povos africanos, observa-se que este volume não trata do tráfico negreiro e nem o trabalho forçado dos negros nos engenhos ou nas minas, desta forma, é notável o quão limitadas são as informações que tratam da África.

Na página 82, encontram-se referências direcionadas à fé, a qual a autora menciona e destaca que, entre a grande diversidade religiosa presente na África, a religião “Iorubá” pode ser considerada uma das mais antigas do continente citado. Também se observa outro registro na página 90: referências sobre os povos bantos, evidencia a África como importante, mas evidenciam de forma contundente o papel que tiveram os portugueses neste território, pois construíram a primeira catedral.

Em nenhum momento, quando falado sobre o povo egípcio, há referências ao continente africano. Dessa maneira, o que se percebe é que na maioria das vezes os materiais didáticos ainda estão distantes do que queremos. Com relação a coleção *Buriti Mais*, conceituada por atender aos preceitos atuais do ensino básico, é perceptível os equívocos e lacunas que emperram o ensino da história do povo negro. Desse modo, faz-se necessária a participação efetiva do docente na formação dos educandos, sobretudo no desenvolvimento do pensamento crítico, que o possibilite respeitar e valorizar a diversidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira ainda é passiva de muitos problemas com relação a história e cultura afro-brasileira e africana e seu conhecimento por parte dos alunos, o que se reflete na identidade racial. Neste sentido, a representação da pessoa negra nos livros didáticos tem papel fundamental no processo ensino-aprendizagem dos conteúdos relativos a essa cultura e na construção da identidade de meninos e meninas negras.

Analisamos os livros didáticos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I, da Coleção *Buriti Mais*, e nele identificamos como tem sido tratada a pessoa negra nas imagens e textos didáticos. Compreendemos o livro didático como instrumento importante, e, portanto, propagador de conhecimentos sobre a gente negra e suas culturas, os quais colaboram com os estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental e assim ajudam com a superação da exclusão desses sujeitos, suas histórias e culturas nos conteúdos didáticos.

O livro didático influencia o fazer pedagógico de professores na maioria das salas de aulas desse país; espaço composto pela diversidade racial, social e de gênero, exposta por todos aqueles que compõem o corpo escolar. Nesse sentido, faz-se necessário que professores observem o livro didático e percebam como é tratada a diversidade racial que caracteriza o Brasil, e percebam se a história e cultura afro-brasileira e africana está representada, e em que condições, visto que o conteúdo didático influencia o aluno na construção das identidades raciais.

Desde outrora a comunidade negra resiste à escravização, mas a narrativa didática ainda o representa na condição de escravizado e inferiorizado, exposto a condições desumanas. Os textos educacionais infelizmente ainda não valorizam a identidade negra, e pouco retratam sua cultura e em menor proporção as suas presenças na formação da sociedade brasileira. Esse tipo de representação nega a diversidade cultural, viola a integridade humana do povo negro à medida que desrespeita sua dignidade e autoestima.

Desta feita, concluímos que o livro didático analisado traz aspectos que de certa forma contempla o povo negro, desde a África até os acontecimentos ocorridos no Brasil contemporâneo, porém de maneira modesta e resumida, o que deixa a desejar. Essa realidade exige do docente um aprofundamento na discussão sobre os conteúdos apresentados, sobretudo porque o fato de o negro estar representado não quer dizer que os autores estejam agindo em conformidade com o que a lei 10.639/03 estabelece. Por isso, é necessário que o profissional da educação fique atento a como os negros são representados, visto que não basta estar no livro didático, é preciso analisar a condição em que está representado.

É preciso levar em consideração que boa parte desse material didático ainda não contempla a relevância que estes povos têm na construção do que somos hoje, no entanto os livros continuam a omitir sua vida, sua riqueza e organização antes de serem arrancados a força e trazidos de sua terra natal para cá. Não evidenciam suas resistências à escravidão e suas lutas para conquistarem respeito e igualdade, continuando, por conseguinte, representados como seres dóceis passivos, submissos e sem relevância.

Dessa maneira, se faz necessário perguntar se de fato os discentes no ensino fundamental I têm acesso ao conhecimento a respeito da história do povo negro ou será que a memória formada a partir do que se estuda na sala de aula e dos materiais didáticos disponíveis os ajuda na construção de uma imagem positiva da gente negra?

Como instrumento de propagação do conhecimento, o livro didático é de fácil acesso às crianças. Logo, é de suma importância contemplar as diferenças culturais, de modo a não

favorecer ou desmerecer uma cultura ou outra, mas tratá-las de forma igualitária e respeitosa com suas particularidades.

A realidade educacional do Brasil na contemporaneidade exige esforço de todos no sentido de que professores e futuros professores aprofundem a crítica quanto aos conteúdos do livro didático pertinentes ao povo negro na sociedade brasileira, seja no campo econômico, político, cultural, social e principalmente religioso.

É fundamental que esses profissionais trabalhem o conhecimento suficiente a reconhecer no livro em questão os equívocos com relação ao povo negro e que seu trabalho em sala de aula possa desconstruir os estereótipos presentes. Para tanto, além de formação continuada, é importante que ampliem e explorem a temática racial em sala de aula, pois a obrigatoriedade não é só do Professor de História. Por se tratar da historicidade de um grupo étnico, precisa-se incluir a discussão em todas as áreas do saber, e assim acolher melhor e valorizar a história e a cultura da gente negra brasileira, sobretudo porque a discriminação racial ainda é um problema social no Brasil, no entanto, não é discutido no livro didático. Neste sentido, é preciso que professores conheçam a história e cultura da gente negra, e assim possam dar conta das lacunas e equívocos existentes neste material.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. **Dicionário didático de português**. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

BURITI MAIS: História / obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna – Editora responsável Lucimara Regina de Souza Vasconcelos, Obra em 5 v. para alunos do 1º ao 5º ano, 1ª Ed. – São Paulo: Moderna, 2017.

FERNANDES, Cláudio. **O Que foi a Revolução de 1930?**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-revolucao-1930.htm>. Acesso em 27 de abril de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **População**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html> >. Acessado em 27 de abril de 2021.

MARTINS, Davi Silvestre Fernandes; SALLES, Leila Maria Ferreira. **A inserção da História e Cultura Afro-brasileiras no Cotidiano escolar: um estudo de caso**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106.vol24.n47.p118-136> . Acessado em 25 de abril de 2021.

SOUZA, Maria de Fatima da Silva. Representação da Identidade Negra na Literatura Infantil: Protagonista em Cena. In. FONSECA, Ivonildes da Silva; SILVA, Verônica Pessoa da; CHAGAS, Waldeci Ferreira (org.). **Estudos Étnico-raciais na Educação Básica: reflexões de discentes**. Goiana: Espaço Acadêmico, 2019.

GOMES, Ana. **O Movimento Negro e a Educação Escolar: estratégias de luta contra o racismo**. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.14/GT142_002.pdf> Acesso em 18 de fev. 2021.

GONZALES, Leila; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. (Coleção 2 ponto: v.3): Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro no Brasil: ausências, emergências e produção de saberes**. Disponível em: <<https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2014/03/o-movimento-negro-no-brasil.pdf>> Acesso em: 18 de fev.2021.

LEMOS, Ana Cristina (org.). **África em Cores: sociedade afro brasileira**. Brasília, DF: Espaço Acadêmico, HTC, 2011.

MORAES, Kelly da Silva. **A Lei 10.639/2003 e seus Reflexos nos Materiais Didáticos: uma análise sobre o negro na história do Brasil.** Porto Alegre: FAPA, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude, uso e sentidos.** São Paulo: Ática, 1986.

MUNANGA, Kabengele. (Org). **Superando o Racismo na escola.** 2º Ed. Revisada. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

NEITZEL, Adair de Aguiar. CARVALHO, Carla. HENRIQUE, Fabiana. O livro Didático de Alfabetização e a Formação de Leitores. In. **Educ. ver.** Vol. 31 no. 3 Belo Horizonte July/Sept. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/01024698129785>>. Acessado em: 20/05/2021.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A Invenção do Negro: um percurso das ideias que naturalizam a inferioridade dos negros.** São Paulo, Ed. Educ. ano 2005.

SILVA, Ana Celia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?.** Salvador: EDUFBA, 2011

SILVA, Marcos Antônio. A Fetichização do livro Didático no Brasil. In. **Educ. Real.** Porto Alegre, v. 37, n 3, p. 803-821, set/dez. 2012. Disponível em: < [https:// www.ufgs.br?edu-realidade](https://www.ufgs.br?edu-realidade)>. Acessado em: 20/05/2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.